

A história e a literatura de Machado de Assis: a escravidão em
O caso da vara, Mariana e Pai contra mãe
The history and literature of Machado de Assis: slavery in
O caso da vara, Mariana and Pai contra mãe

Keyla Patrícia da Silva MACENA¹
Eleta de Carvalho FREIRE²

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o período escravista brasileiro, que se estende até 1888, a partir de três contos machadianos: “O caso da Vara”, “Mariana” e “Pai contra Mãe”, que são narrados no período oitocentista e, apesar de distintas, as histórias preocupam-se em denunciar os horrores da escravidão, durante e após o seu fim. Este trabalho intenta trazer ao debate a Literatura Brasileira como elemento indispensável na análise social e histórica do país, capaz de apresentar novas informações e provocar a reflexão acerca de diferentes assuntos. Dessa forma, este estudo é de caráter bibliográfico e fundamenta-se em Bosi (1975), Priore e Venancio (2016), Candido (1988; 1995; 2014) e Oliveira (2019). Esperamos, assim, contribuir para o debate acerca da temática étnico-racial e da leitura literária enquanto modalidade essencial para o desenvolvimento do conhecimento histórico e para o combate de mentalidades preconceituosas, além de possibilitar a utilização das análises para estudo e trabalho em sala de aula, principalmente nas disciplinas de História e Literatura, fazendo uma interlocução entre ambas.

Palavras-chave: Escravidão. Literatura Brasileira. Machado de Assis. Realismo. Relações raciais.

Abstract: This article aims to analyze the slavery in Brazil, not ended nationwide until 1888, from the three Machadian tales: “O Caso da Vara”, “Mariana” and “Pai contra Mãe”, which are narrated in the nineteenth century and, although distinct, the stories are concerned with denouncing the horrors of slavery, during and after its end. This work intends to bring Brazilian Literature to the debate as an indispensable element in the social and historical analysis of the country, capable of presenting new information and provoking reflection on different subjects. Thus, this study is bibliographical in nature and is based on Bosi (1975), Priore and Venancio (2016), Candido (1988; 1995; 2014), and Oliveira (2019). We hope, therefore, to contribute to the ethnic-racial thematic debate and literary reading as an essential modality for the development of historical knowledge and for combating prejudice, in addition to enabling the use of analysis for study and work in the classroom, mainly in the History and Literature subjects, making a dialogue between them.

Keywords: Slavery. Brazilian literature. Machado de Assis. Realism. Race relations.

DOI: 10.24024/23585188v14n1a2021p860101

Introdução

Literatura é experiência de vida que se expressa pela palavra.

(Nelly Novaes Coelho)

Os contos selecionados tratam do período escravista, que compreende quase 400 anos da história do país, tendo seu simbólico fim em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Machado, em seus contos, aborda histórias diferentes que se passam no Brasil Império, sendo “Mariana” o único conto, aqui analisado, escrito efetivamente durante os anos de escravidão, em 1871, curiosamente, mesmo ano da promulgação da Lei do Ventre Livre (OLIVEIRA, 2019).

Entendendo a importância da literatura para a formação cidadã e crítica é que se propõe o estudo dos contos “O caso da Vara”, “Mariana” e “Pai contra Mãe”, como forma de se analisar

¹ Graduanda em Pedagogia (UFPE) e em Letras (FAFIRE) | E-mail: keyla.macena@ufpe.br | keylamacena@gmail.com

² Doutora em Educação (UFPE) e Coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFPE | E-mail: eleta.freire@ufpe.br

um período histórico e suas mazelas sociais, sabendo que os valores e ensinamentos são também passados por meio da leitura literária. Conforme Coelho,

Ao estudarmos a história das culturas e o modo pelo qual elas foram transmitidas de geração para geração, verificamos que a literatura foi o principal vínculo para a transmissão de seus valores de base. Literatura oral e literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebemos a herança da tradição que nos cabe transformar, tal qual outros o fizeram antes de nós com os valores herdados e por sua vez renovados (COELHO, 2000, p. 13).

Ademais, a literatura também possui uma função humanizadora, pois, segundo Candido (1995, p. 243), “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. [...] ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte do subconsciente e no inconsciente”. Logo, ela é um instrumento capaz de ensinar e provocar a reflexão acerca da sociedade e das condições de vida. É nessa perspectiva que se torna possível a construção do conhecimento e o debate acerca do racismo estrutural que é fruto de anos de escravidão no país, que vitimizou e vitimiza negros até os dias de hoje, inclusive o próprio Machado, que, ao longo dos anos, foi embranquecido pelos livros didáticos e outros meios de divulgação literária.

Deste modo, o presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em Alfredo Bosi (1975), Ana Lúcia Oliveira (2019), Mary Del Priore e Renato Venancio (2016), Antonio Candido (1995; 2014) e Rafael Marquese (2006). Assim sendo, o artigo está dividido em três partes: a primeira, que tratará do período histórico abordado nos contos e do processo de abolição da escravatura; a segunda, focada na produção realista dos contos de Machado; e o terceiro item fará uma análise geral do período, a partir de excertos presentes na obra.

Esperamos, com esse artigo, não apenas provocar a reflexão do leitor, como fazer lembrar da nossa história, para que seja possível ampliar a visão acerca da realidade atual e possibilitar o combate aos males enraizados no país.

Posto isso, sabe-se que Machado foi um grande intelectual brasileiro, homem negro que produziu e denunciou as injustiças da sociedade brasileira nos séculos XIX e XX, nasceu pobre e era neto de pessoas que foram escravizadas. Deste modo, conhecer a história do Brasil por meio das obras machadianas é interiorizar o que foi dito por Nelly Novaes Coelho na epígrafe do artigo: “Literatura é experiência de vida”.

A sociedade escravista e o processo de abolição

Atualmente, a sociedade brasileira tem pautado o debate acerca do racismo estrutural que advém de anos de escravidão que maculam a nossa história, visto que, desde a fundação do país, povos não brancos são escravizados e discriminados em decorrência de suas características fenotípicas. O racismo estrutural é compreendido por Silvio Almeida (2019) como

Uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Assim, para se compreender esse racismo e as denúncias feitas por Machado, após a abolição da escravatura, nos contos “O caso da Vara” e “Pai contra mãe”, é preciso conhecer o período histórico em que a escravidão foi o sustentáculo da economia brasileira, e que se inicia no Brasil Colônia/Português e permeia até o Brasil Império.

Os povos africanos foram trazidos para o país no período colonial à medida que os senhores de engenho iam enriquecendo. Então, substituíam os escravizados indígenas pelos negros, com a finalidade de explorar a mão de obra escrava para os engenhos de açúcar, sob pretexto de que os africanos seriam mais fortes que os indígenas e inferiores aos brancos e europeus, servindo, portanto, apenas para o trabalho escravo. Marquese (2006) explica que tendo como exemplo a experiência em Portugal, especificamente na Ilha da Madeira, a Coroa buscou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil, a partir da década de 1530.

Em consonância com o autor, Priore e Venancio (2016) relatam que

A escravidão de negros em associação com engenhos de açúcar era comum. Intensificou-se ao longo dos séculos XVI e XVII, graças ao tráfico para o Brasil. [...] a porcentagem de escravos índios envolvidos na produção do açúcar foi, por outro lado, baixando à medida que os senhores enriqueciam e podiam importar africanos (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 51).

O Brasil, além de ter sido o último país das Américas a abolir a escravidão, recebeu a maior quantidade de escravizados africanos, cerca de quatro milhões, o que corresponde a mais de um terço de todo o comércio negreiro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2000).

Posto isso, os escravizados no país eram divididos em boçais, os que acabavam de chegar do continente africano, e ladinos, “os que já aculturados e que entendiam o português” (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 52). Ademais, eles ainda faziam contraponto aos crioulos,

que, diferente dos escravizados estrangeiros, eram nascidos no Brasil. Priore e Venancio (2016) relatam que os crioulos e os escravizados de pele mais clara cuidavam dos serviços domésticos e artesanais, enquanto os africanos ficavam com os serviços braçais e mais pesados.

Todavia, o período em que vigorou a escravidão no país foi marcado por sofrimentos e diversas manifestações de violências contra os cativos, pois, além do trabalho árduo e, obviamente, não remunerado, os escravizados ainda eram controlados e recebiam uma série de castigos quando não “acatavam” ou não conseguiam atender às ordens dos seus senhores.

Sobre isso, Scharwcz e Starling (2018, p. 91-92) afirmam:

A atividade produtiva, repetitiva e extremamente laboriosa, já era em si violenta. O trabalho compulsório impunha a introjeção da autoridade do senhor e uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente. Punições públicas, o tronco exemplar, a utilização do açoite como forma de pena e humilhação, os ganchos e pegas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flandres para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e doloroso, as correntes prendendo ao chão; construiu-se, no Brasil, uma arqueologia da violência que tinha por fito constituir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a própria lei, ficavam registradas no corpo escravo.

Contudo, diferente de como é ensinado e muito propagado, a abolição não se dá única e exclusivamente por conta de uma lei assinada por pressão da Inglaterra, mas sim como fruto de muita luta que mobilizou incontáveis sujeitos históricos que integravam diferentes áreas da sociedade.

Então, para que a abolição de fato ocorresse, existiram resistências dos escravizados durante os anos do período escravista, por meio da criação de quilombos, sendo o de Palmares o mais popular, cuja liderança foi, por muito tempo, exercida por Zumbi. O quilombo “tratava-se de comunidades originalmente constituídas por negros fugidos, instaladas, hoje, nas áreas onde houve luta e resistência contra a escravidão” (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 59). Em sua estrutura e formação emanavam organizações políticas e religiosas que podiam agir em diferentes regiões.

Como já mencionado, a abolição não foi um único acontecimento, mas um processo que decorreu de diversas ações e, ao se estudar os motivos pelo qual foi efetivada a “libertação dos escravos”, descobriu-se que o Brasil no período Imperial era dividido a partir de três visões sociopolíticas.

Para compreendermos com mais clareza essa questão, devemos atentar para a existência de três grupos que na época a debateram [a abolição]. Os emancipacionistas, partidários da extinção lenta e gradual da escravidão; os abolicionistas, que propunham a libertação imediata dos escravizados; e, por fim, como seria de esperar, os escravistas, defensores do sistema ou, pelo menos, da

indenização dos proprietários caso a abolição fosse sancionada (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 203).

Assim sendo, o processo de abolição passou por grandes debates e dificuldades, que geraram leis graduais antes da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. A primeira delas foi a Lei Eusébio de Queirós, em 1850 – dez anos após o início do Segundo Reinado, regido por D. Pedro II –, que extinguiu o tráfico negreiro no Brasil, o que provocou a decadência da economia açucareira (BOSI, 1975). A segunda foi a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, com o objetivo de conduzir à extinção da escravidão, de maneira lenta e gradual, mudando as estruturas político-sociais do país aos poucos; definia que filhos de escravizadas nascidos a partir daquele ano não seriam mais escravizados (LAGO, 2018). Por fim, foi criada a Lei dos Sexagenários ou também chamada de Saraiva-Cotegipe, datada de 1885, que determinava que escravizados com mais de 60 anos estariam livres, apesar de terem ainda mais cinco anos de trabalho sob os cuidados senhoriais (LAGO, 2018).

Posto isso, Priore e Venancio (2016, p. 210) explicam que “o radicalismo da ação abolicionista – não só por meio da fuga e de manifestações públicas, mas também graças a uma vasta literatura sensível [...] – criou condições para o 13 de maio de 1888”. Isso significa dizer que, se não fosse a mobilização de escravizados, negros libertos, políticos liberais abolicionistas e grandes figuras intelectuais, como Luiz Gama, Cruz e Sousa, entre outros, a abolição tardaria ainda mais.

Machado e o Realismo Brasileiro

O estilo literário denominado realismo tinha como objetivo trazer as questões públicas e sociais para a literatura, que outrora se preocupava apenas com o privado e o amor romântico nos romances burgueses, de modo a descortinar a vivência social como de fato ela era, e não apenas como uma idealização representada na figura de mocinhos e vilões. Assim sendo, Bosi (1975) afirma que

O realismo ficcional aprofunda a narração de costumes contemporâneos da primeira metade do século XIX [...] e de todo o século XVIII. [...] é sempre válido dizer que as vicissitudes que pontuaram a ascensão da burguesia durante o século XIX foram rasgando os véus idealizantes que ainda envolviam a ficção romântica (BOSI, 1975, p. 188).

Assim, entende-se que houve uma mudança não só na mentalidade dos autores, como na produção literária, que pretendia agora revelar a mudança do idealizante para o factual, que

seria representado por meio da maior coerência e coesão da narrativa criada, considerando a descrição do espaço e a composição moral dos personagens das obras (BOSI, 1975).

Alfredo Bosi (1975) explica que o realismo, posterior à geração condoreira do romantismo, que já pautava questões sociais e de liberdade em suas obras, nem sempre estará ligado às questões europeias, pois as raízes e problemáticas nacionais serão mais acentuadas, a exemplo da escravidão, uma vez que, enquanto a Europa havia abolido tal sistema, o Brasil ainda se beneficiava dele. Segundo o autor, “O tema da abolição e, em segundo tempo, o da República, serão o fulcro das opções ideológicas do homem culto brasileiro a partir de 1870. Raras vezes essas lutas estiveram dissociadas” (BOSI, 1975, p. 182). É possível perceber isso no conto “Mariana”, de Machado, que é publicado em 1871 e traz uma denúncia explícita ao regime escravocrata.

Assim sendo, um estilo literário que se comprometia em retratar os fatos não poderia ignorar a realidade escravista da época, tratando-a como inexistente. Então, os temas relacionados à escravidão e à abolição tornam-se objetos de escrita dos intelectuais realistas da época, dentre os quais, Machado de Assis, que

Todas as vezes que circundou o tema – em seus romances, crônicas, peças de teatro, poemas, contos e documentos que produziu como funcionário público – se revelou crítico à instituição. Usou, em primeiro lugar, de dissimulação e de discursos indiretos, e com frequência da inversão de valores, para tratar do assunto. Utilizou-se ainda do recurso da ironia fina para abordar essa agenda que tomava os últimos anos do Império, mas permaneceria vigente nos anos pós-abolição (SCHWARCZ, 2017, p. 327).

Logo, Machado apresentava as questões dos escravizados e suas batalhas nas colunas que escrevia, sob diferentes pseudônimos, trazendo à tona a importância de se discutir a escravidão e mostrar que havia resistências por parte dos cativos. O autor não era panfletário, militante, mas seus escritos são a prova de que também não se omitia em relação às mazelas sociais (GLEDSON, 1986 *apud* SCHWARCZ, 2017).

Joaquim Maria Machado de Assis nasce em 1839 e cria-se no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. Neto de escravizados e oriundo de família pobre e periférica, alcança mérito como escritor e intelectual brasileiro, trabalhando em diversas áreas, como tipógrafo, revisor e funcionário público. Contraria toda a sociedade oitocentista marcada pelas desigualdades de classe e participa da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, na qual é eleito o primeiro presidente, ocupando o cargo por mais de dez anos (OLIVEIRA, 2019).

Mesmo com uma ampla carreira intelectual, produzindo poemas, crônicas e romances, Machado consagra-se como um dos mais importantes contistas brasileiros, escrevendo cerca de duzentos contos em toda sua vida, sendo eles, em suma maioria, obras realistas (OLIVEIRA, 2019). Segundo Bosi (1975, p. 193), “o ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira, acha-se na ficção de Machado de Assis”. Afinal, como referenda Schwarz,

(...) a fórmula narrativa de Machado consiste em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira. O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra de escrita (SCHWARZ, 2000, p. 11).

Destarte, o realismo de Machado compreende-se de uma maneira singular, pois o autor transmite ao seu leitor a diferenciação entre o tempo que se passa a obra e o tempo narrado, fazendo-o perceber as nuances dentro da narrativa.

Consciente da dificuldade, se não da impossibilidade de retratar um fato com perfeita fidelidade à maneira pela qual este se realizou, Machado de Assis prefere manter fidelidade perfeita à maneira pessoal por que o percebe ou recorda; se o fator da dificuldade ou impossibilidade é o tempo decorrido entre a ação narrada e sua narração, a frase ressaltante acentua essa relação temporal e contribui de maneira eficaz a mantê-la viva na consciência do leitor, cuja atenção é solicitada para a circunstância de que a narração é um fruto da memória (MARTINS, 1966, p. 83).

Desta maneira, a obra Machadiana dialoga a todo momento com o leitor, demonstrando que não há espaço para meras descrições infundadas. Assim, o narrador assume, quando não há palavra para descrever certas ações dos personagens ou quando a memória lhe é falha, tornando o acontecimento narrado ainda mais “confiável”. Isso cria no imaginário popular a ideia de que ele está contando algo que observou em determinado momento, atraindo a total atenção do leitor e conseguindo, então, fazer-se compreensível, ainda que Machado, como apontado por Martins (1966), não seja um realista tradicional.

Realista é Machado de Assis, sem dúvida, na medida em que, por não falsear a realidade, deixa de referi-la se não tem perfeita consciência de que a conhece rigorosamente, mas não é decerto um realista daqueles que se entenderam capazes de oferecer em suas obras o retrato completo dos homens, de suas motivações e de suas circunstâncias. E a lição de seu estilo e de seus livros parece ser mesmo essa de que a vida e o homem escapam ao conhecimento humano como o sol à peneira, e que a sabedoria maior consiste em prevenir-se com humildade contra a presunção do contrário (MARTINS, 1966, p. 88).

Logo, os personagens de Machado de Assis são figuras criadas para demonstrar também as ambiguidades humanas, revelando suas bondades e mazelas em atos que poderiam ser cometidos por qualquer pessoa, sem a projeção de serem personagens ideais e amados pelos

leitores, mas personagens com ações passivas de problematizações e análises sociais, de modo a fazer com que o receptor compreenda e reflita, já que Machado apresenta várias denúncias.

Essa é uma das razões pela qual Machado se eterniza na literatura: sua singularidade ao narrar uma história permite ir além de simplesmente apreciar um texto fictício para mero entretenimento. Por isso, o autor versa sobre os mais diversos temas, fazendo pontuais críticas e provocando a reflexão, já que, “escrevendo em pleno período escravocrata, Machado é o escritor da denúncia de costumes, das assimetrias sociais brasileiras e da política da hipocrisia, que se torna o instrumento básico de interação social” (OLIVEIRA, 2019, p. 13). Apresentamos uma literatura que compreende o que Candido (1995, p. 243) explicita acerca da relação entre a arte e o social, de que “os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção [...]. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, [...] fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente...”.

Um período em três histórias

O conto *Mariana* (1871)³ relata a história de um amor impossível, da escravizada Mariana por Coutinho, filho de sua Sinhá. Entretanto, diferente de obras românticas com enredo semelhante, como a *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, o realismo “acorda” o leitor ao mostrar que as engrenagens sociais são maiores que apenas o sentimento amoroso narrado em algumas obras literárias. “Mariana ocupa-se na relação entre senhores e escravos no âmbito familiar, evidenciando, na própria trama narrativa, o funcionamento de algumas dinâmicas sociais da escravidão” (OLIVEIRA, 2019, p. 9). Isso ocorre porque a jovem, apesar de escravizada, teve alguns “privilégios” em comparação às outras escravas da época, pois foi ensinada a ler e escrever, era tratada de maneira fraternal pelas filhas da sinhá e nunca fora maltratada. No entanto, ela ainda era uma escrava, e tinha o seu lugar não só delimitado como trazido à lembrança, em vários momentos ao longo da trama, já que “Mariana possuía a inteligência da sua situação, e não abusava dos cuidados com que era tratada” (ASSIS, 2019, p. 72).

Era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas. Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença [...] Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo da sua raça. [...] Tinha cabelos encaracolados e curtos. Talhe esbelto e elegante, colo voluptuoso, pé pequeno e mãos de senhora (ASSIS, 2019, p. 73).

³ Em 1891, na *Gazeta de Notícias*, Machado publica outro conto intitulado “Mariana”, cuja história enfoca as relações entre uma personagem chamada Mariana e seus respectivos marido e amante, Xavier e Evaristo.

É assim que Mariana é descrita por Coutinho, em uma conversa com seus amigos de juventude, no início do conto, para instigar a imaginação do leitor durante a narrativa. Ele cita algumas características físicas da personagem, mas enfatiza o seu “lugar de escrava”, ressaltando a diferença entre ela e as outras mulheres da casa. Independentemente de qualquer coisa, ela ainda estava ali para servir, como outros possíveis escravizados domésticos da casa, já que era algo comum à época e “conviviam com a família nuclear, desempenhando funções de cozinheiras, babás, pajens, amas de leite – era uma criadagem que acompanhava os senhores no seu dia a dia” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 93).

Dessa forma, apesar dos sentimentos existentes no coração da moça, Coutinho estava noivo de Amélia, o que fez com que Mariana adoecesse, mesmo tendo a triste consciência de que “eu não posso ter amores. Sou uma simples escrava” (ASSIS, 2019, p. 76). Então, após sua melhora, ela foge duas vezes de casa, por não conseguir conviver com a dor do amor impossível, e é vista pela família do rapaz como uma ingrata. Entretanto, o mancebo se preocupa com a moça, não querendo ser o motivo de um possível suicídio, como se estivesse por adivinhar o que aconteceria.

Nesse momento, Machado traz as instituições sociais à tona, pois, Coutinho, com intento de encontrar Mariana, dirige-se a polícia para que a procurem e a devolvam a ele, já que era propriedade da família, como mostrado no excerto a seguir:

[...] até que me ocorreu a ideia natural de recorrer à polícia: era prosaica a intervenção da polícia, mas eu não fazia romance; ia simplesmente em cata de uma fugitiva. A polícia nada sabia de Mariana; mas lá deixei a nota competente; correram agentes em todas as direções (ASSIS, 2019, p. 79).

Observa-se, aí, a utilização da palavra “natural”, o que demonstra como era comum recorrer às autoridades da época para que encontrassem os escravizados que fugiam, pois se tratava de recuperar um bem perdido, afinal, ter negros cativos era equivalente a ter dinheiro.

Atravessando o tempo para a atualidade, é possível perceber que a polícia ainda é uma instituição de autoridade e punição de pessoas negras, o que revela o racismo institucional, também fruto do período escravocrata. Almeida (2019) explica que o racismo institucional não se resume a um comportamento individual, mas faz parte da própria dinâmica e constituição das instituições, resultando em desvantagens e privilégios em decorrência da raça, quer seja direta ou indiretamente.

Retornando ao conto, quando Coutinho encontra Mariana, ele questiona o motivo da fuga e volta a lembrar para a moça: “não tinhas o direito de sair, porque és cativa” (ASSIS, 2019, p. 79). Já na segunda vez, tomado de indignação, Coutinho a encontra em um hotel no Largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro, e, tentando convencê-la a voltar para casa, após cogitar utilizar de violência por meio dos agentes policiais, ele percebe que há algo no bolso da vestimenta de Mariana e pede que ela o mostre. Era um frasco vazio.

“Mariana caiu sobre a cama. Pouco depois entrava o inspetor. Chamou-se à pressa um médico, mas era tarde. O veneno era violento; Mariana morreu às 8 horas da noite” (ASSIS, 2019, p. 84). A moça não suportava a dor de não poder viver o amor. Sabia que jamais seria livre para andar onde quisesse ou amar novamente. Então, escolheu tirar a própria vida. Porém, antes de falecer, só conseguiu pedir que Coutinho não sentisse raiva ou culpa, e que se lembrasse dela algumas vezes.

Basta uma insubordinação da escrava, motivada pela constatação da impossibilidade de seu amor, para que o ténue véu de cordialidade se esgarce, revelando o discurso autoritário que está na base desse teatro de desigualdades que configura a sociedade brasileira oitocentista (OLIVEIRA, 2019, p. 10).

A narrativa de que Mariana compõe a família é totalmente desmontada quando a escravizada não tem o mínimo de direito de ir e vir, em que, ao primeiro sinal de uma possível decisão tomada, logo os “donos” da moça impõem a autoridade e o poder que têm sobre ela. Sendo a escravizada um objeto da família, ainda que numa falsa cordialidade, ela não poderia tomar decisões, pensar por si só ou amar alguém, pois tudo isso revelaria uma humanidade que não é atribuída aos escravizados. Logo, Mariana é da família somente até o primeiro ato de insubmissão.

Em “O caso da vara” (1891), a época retratada é anterior ao ano 1850, ou seja, em que a escravidão era prática permitida e comum. Inclusive, a primeira lei “aboliconista”, Eusébio de Queirós, ainda não havia sido promulgada. Narra-se a história de Damião, um jovem que foge do seminário, pois não tem vocação ou vontade de se tornar padre. Sem ter um local para ficar, o mancebo acaba pedindo abrigo na casa de Sinhá Rita, uma viúva que era amiga de seu padrinho e lhe ajudaria a não voltar para a formação eclesiástica.

A Sinhá, de 40 anos, ocupava sua vida com ensinar suas crias⁴ a fazer renda, crivo e bordado, de modo que não perdoava atraso ou serviço não terminado, e como Machado a

⁴ Palavra utilizada por Machado para se referir às negras que bordavam a mando de Sinhá Rita.

descreve, ela era “brava como o diabo”. Essa maldade se revela no tratamento à Lucrecia, uma de suas crias.

Se à noitinha a tarefa não tivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação (ASSIS, 2019, p. 277).

A humanidade da menina já não existia, servia apenas para trabalhar e sofria na mão da senhora, caso não fizesse o trabalho exigido. As descrições de Lucrecia nos revelam uma criança que muito sofrera na mão da Sinhá, pois já havia marcas em seu corpo, além da própria sentença utilizada pelo autor: “o castigo do costume”, que demonstra a crueldade corriqueira praticada pela mulher. Ademais, a garota aparentemente já possuía uma saúde debilitada, o que é salientado em outras partes do texto, quando volta a tossir.

Por um pequeno momento de distração, a personagem acaba não concluindo o trabalho, destoando das demais crias que cumpriram tudo no prazo dado pela senhora, e então a Sinhá Rita resolve punir a menina, perguntando onde está a vara, e pede a Damião para pegá-la.

A menina suplica por socorro a Deus e à Nossa Senhora, à qual a Sinhá responde rispidamente: “Malandra! Nossa Senhora não protege vadias” (ASSIS, 2019, p. 281). Até que a menina apela para o terreno material, implorando para que Damião a ajude e lhe tire das mãos da Sinhá. Damião, ainda que outrora tivesse jurado a si mesmo proteger a menina, entrega a vara para a Sinhá, a fim de não perder o abrigo concedido pela mulher e precisar voltar para o seminário.

Esse conto acaba retratando não só o poder por parte da elite da época, independente do gênero, já que a Sinhá, apesar de mulher, acaba sendo a dona dos escravizados, e ordenando as funções para os mesmos, não deixando de lado toda a crueldade que lhe era admitida, como pode provocar no leitor a reflexão acerca das funções dessas meninas que foram escravizadas, pois, conforme Nascimento (2021), os papéis de escravizadas mulheres por vezes ultrapassavam os dos homens, já que

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente ao outro polo, a mulher negra pode ser considerada essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, dotada de um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2021, p. 56).

Oliveira (2019), em uma breve análise do conto, reforça que a personagem, que até então era secundária, ganha espaço na trama narrada, de modo que o enredo muda abruptamente de foco, fazendo com que o conto encerre deixando o futuro do rapaz em aberto e sob a imaginação e julgamento de cada leitor. Isso é comum na narrativa de Machado, já que “a prosa narrativa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse, importando pouco o assunto de primeiro plano” (SCHWARZ, 2000, p. 11).

No conto “Pai contra Mãe” (1906), Machado inicia a narrativa trazendo ao imaginário do leitor alguns instrumentos de tortura, sendo eles o ferro no pescoço e a máscara de flandres – utilizada para combater a embriaguez dos escravizados e a ingestão de alimentos ou terra –, e complementa que era muito comum que os cativos fugissem. Por isso, era aplicado ferro ao pescoço desses escravizados, que ele ilustra para o leitor dizendo:

Imaginal uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até o alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado (ASSIS, 2019, p. 383).

Além da terrível dor e humilhação que os escravizados passavam, ainda eram marcados como “escravos rebeldes”, que deveriam ser reconhecidos e entregues rapidamente aos seus donos. Deste modo, muitos senhores pagavam para que outros homens fossem atrás dos escravizados fugidos, às vezes brancos e pobres, como no caso do protagonista Cândido, outras vezes, negros libertos, por conhecerem o comportamento e os hábitos dos fugitivos, ou os conhecidos capitães do mato, que em alguns momentos utilizavam os homens e mulheres capturados para ganho próprio (PRIORE; VENANCIO, 2016). Afinal, “sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital” (SCHWARZ, 1973, p. 150).

O conto narra a vida de Cândido Neves, homem pobre, porém branco e livre, que ganhava a vida como caçador de escravizados fugidos. Era casado e sua esposa esperava um filho seu. No entanto, as condições de vida apertavam-se, novos caçadores surgiam e as dívidas de Cândido aumentavam. Assim sendo, ele se vê obrigado a deixar o filho recém-nascido na roda dos enjeitados⁵, mas, quando vai fazer, escolhe ir por um caminho mais longo, a fim de passar

⁵ Local onde se deixavam bebês recém-nascidos, de maneira anônima, para que instituições de caridade cuidassem das crianças.

mais tempo com seu bebê. Então, encontra uma escravizada fugida, que muito valia, e não pensa duas vezes antes de ir atrás da mulher para capturá-la.

Candido (2014) afirma que quando se pensa em uma narrativa, o personagem se torna o centro, principalmente porque pensamos “na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino” (CANDIDO, 2014, p. 53), assim, ao analisarmos a composição de Candinho, feita por Machado, revela-se um personagem que não aguentava emprego, não concluiu curso de tipografia, achava que ganharia pouco, começa a trabalhar no mercado, mas, de acordo com o narrador, a obrigação que advinha dos serviços o afastava dos trabalhos (ASSIS, 2019).

Logo, trata-se de um personagem que cede à preguiça, busca vida fácil, ainda que não a consiga, rende-se à pobreza, para não precisar trabalhar diariamente, e vê mais vantagens em capturar escravizados fugidos. Candinho faz uso de seus privilégios de homem branco, em um contexto patriarcal escravista, para explorar outros que não tenham as mesmas condições de vida que ele, ainda que seja pobre também, mas sabe utilizar de sua posição social para exercer poder, quando lhe convém.

Já a mulher encontrada, Arminda, implora ao homem, pelo amor de Deus e pelo amor do filho, que não a entregue ao seu senhor, pois estava grávida e não queria perder o seu bebê. “Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites – coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites” (ASSIS, 2019, p. 391).

Entretanto, Cândido não cede, e nos é apresentado não só um pai que queria cuidar de seu filho, não só um pobre que poderia ter compaixão com outros pobres, mas alguém que, por ser livre, sentia-se superior aos escravizados, a ponto de ter orgulho do seu “trabalho” e declarar, ainda no início do conto, que “preto fugido sabe que comigo não brinca; quase nenhum resiste, muitos entregam-se logo” (ASSIS, 2019, p. 386). Inclusive, Candinho preferia tal trabalho, pois “só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda, [...] lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. Tinha boa memória” (ASSIS, 2019, p. 387).

A descrição feita pelo autor no momento em que Cândido entrega Arminda mostra tanto as dores que a escravizada sentia quanto a indiferença do caçador, que, mesmo sendo pobre, sabia que jamais seria vitimizado pela escravidão, era homem branco e livre.

Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. [...] No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta, a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os

gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo (ASSIS, 2019, p. 392).

Oliveira (2019) explica que, na dura contextualização feita por Machado, os que vingam são apenas os que, mesmo em condição de penúria, conseguem encontrar uma válvula, que é oferecida pelo próprio sistema social da época. Afinal, o conto encerra-se com Candinho declarando que “nem todas as crianças vingam” (ASSIS, 2019, p. 393), só as filhas de homens livres, só as crianças brancas.

E não tem sido diferente nos dias atuais, vide inúmeras notícias de crianças negras assassinadas, tanto em suas casas, como o caso do jovem João Pedro, que brincava com seus primos quando a polícia invadiu a casa e alvejou o ambiente a tiros (FRANCO, 2020), como em outras circunstâncias, por puro descaso com a vida de uma criança negra, como o caso do menino Miguel, de apenas cinco anos, que, sob os cuidados da patroa de sua mãe, foi colocado sozinho, por ela, em um elevador e acabou caindo do nono andar, uma altura de 35 metros, conforme o portal de notícias G1 (2020).

O racismo imbricado e enraizado na nossa sociedade não perdoa nenhuma vida negra, inclusive aquelas que ainda se desenvolverão, pois o racismo tem sido naturalizado, independente da instância na qual ele esteja. Almeida (2019, p. 63) afirma que “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. O que significa dizer que, para que o racismo continue prosperando na sociedade, é necessário

Produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos” (ALMEIDA, 2019, p. 63).

E é assim que se manifesta, tanto no conto de Machado, como nos atuais casos mencionados acima, a noção de que o sujeito branco é universal e a sociedade está pautada no seu modo de vida, enquanto a pessoa “racializada” representa o “outro”, que não tem a mesma importância, fazendo com que a morte de uma criança negra não tenha o mesmo impacto ou relevância que a de uma criança branca.

Destarte, é indiscutível a importância de Machado para a literatura brasileira, bem como é de suma importância as denúncias sociais narradas, que transpassam suas vivências e seus escritos como um todo, pois “a vida de Machado de Assis é um exemplo, na qual se sucedem

rapidamente o jornalista combativo, entusiasta das inteligências proletárias, das classes ínfimas, autor de crônicas e quadrinhas comemorativas...” (SCHWARZ, 1973, p. 9).

Posto isso, Machado, nessas três histórias analisadas, narra para o leitor um período histórico a partir de prismas diferentes, revelando-se, ainda que não participasse ativamente dos movimentos, como um dos importantes intelectuais de cunho abolicionista que denunciou os horrores da escravidão em forma de ficção, unindo o imaginário e a criatividade ao real, enquanto o Brasil ainda era um país escravista e, posteriormente, com a abolição da escravatura, talvez para mostrar que as desigualdades ainda vigoravam fortemente e avisar que a luta precisava continuar.

Considerações finais

Por meio da análise das obras, foi possível compreender a relevância do texto literário numa perspectiva histórica, para emergir problemáticas sociais e possibilitar análises de cunho sociopolítico, bem como combater a ignorância que contribui para a existência do racismo no Brasil.

É importante ressaltar que não só ler as obras de cunho abolicionista é necessário, como também dar importância aos autores negros é essencial, além de aprender sobre o longo período escravista no país, por meio da história oficial. Por isso, é perceptível que a escolha dos contos que foram analisados considerou propositalmente não só a grandeza intelectual de Machado, mas a sua experiência enquanto escritor negro na sociedade oitocentista, pois, melhor do que ouvir uma história, é ouvir de quem a vivenciou de perto, já que é provável que Machado tenha presenciado ou escutado histórias semelhantes às descritas por ele, ainda que não se possa afirmar com a certeza documental. Apesar disso, como afirma Schwarcz (2017, p. 329), “Machado seria mestre, pois entranhou na forma literária as contradições da própria sociedade escravista brasileira”.

Acreditamos, portanto, ter contribuído para o debate acerca da literatura enquanto meio de conhecimento e de provocação das questões relevantes para a sociedade, ainda que reafirmemos o que defende Candido (1988, p. 103), ao dizer que “haja o que houver e seja como for, em literatura a importância maior deve caber à obra”, ou seja, independente das análises sociológicas e históricas que possam ser feitas a partir de obras literárias, o que deve prevalecer é o texto e a fruição artística em decorrência deste.

Contudo, esperamos que este estudo possa auxiliar professores e demais interessados nas ciências humanas a compreender um pouco do Brasil oitocentista e refletir acerca das práticas racistas que ainda se fazem tão presentes no país, sendo fruto desse período de quase 400 anos de injustiça e crueldade.

Referências

- ASSIS, Machado de. **Todos os contos**. v. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- ASSIS, Machado de. **Todos os contos**. v. III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas cidades, 1995.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In*: CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- FRANCO, Luiza. **Caso João Pedro**: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no último ano. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- G1. **Caso Miguel**: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio em Recife. 05 jun. 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- LAGO, Rafaela Domingos. Demografia escrava e o impacto das leis abolicionistas no Espírito Santo (1850-1888). *In*: **Almanack**, Guarulhos, n. 19, p. 119-166, ago. 2018.
- MARQUESE, Rafael de Bivas. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *In*: **Novos estudos**, São Paulo, n. 74. p. 107-123, mar. 2006.
- MARTINS, Hécio. Sobre o Realismo de Machado de Assis. *In*: **Revista Luso-Brasileira**. v. 3, n. 2, p. 83-88. 1966.

- NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Machado de. Introdução. In: ASSIS, Machado de. **Todos os contos**: v. I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Duas cidades, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 3, p. 149-162, 1973.

Recebido em: 31.08.2021

Aprovado em: 06.10.2021

Para referenciar este texto:

MACENA, Keyla Patrícia da Silva; FREIRE, Eleta de Carvalho. A história e a literatura de Machado de Assis: a escravidão em *O caso da vara, Mariana e Pai contra mãe*. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 14, n. 1, p. 86-101, jan./jun. 2021.